



RECEBIDO  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
 10/06/2006  
 [Handwritten signature]

DECRETO Nº 7348

*"Moção de Apoio aos membros do Ministério Público contra a Proposta de Emenda Constitucional 37 que inibe o poder investigatório dos membros ministeriais."*

Sr. Presidente

Os vereadores infra signatários vêm a presença de V. Ex.<sup>a</sup> apresentar uma *Moção de Apoio aos membros do Ministério Público contra a Proposta de Emenda Constitucional 37 que inibe o poder investigatório dos membros ministeriais*, endereçando-a aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e aos parlamentares federais que representam o Estado e os cidadãos do nosso Estado no Congresso Nacional.

Tramita no Congresso Nacional uma proposta de Emenda Constitucional que retira a possibilidade de que instituições como o Ministério Público, COAF, Receita Federal, Ibama, Previdência Social, Polícia Militar, entre outros órgãos do Estado, façam investigações criminais. É a quem interessa amordaçar estas instituições? Sob a falsa argumentação que a emenda visa garantir e fortalecer o papel institucional das autoridades policiais, o que a emenda tem como escopo é garantir a impunidade dos vilipendiadores dos recursos públicos, dos fraudadores de licitações, dos sonegadores contumazes e de todos os maus agentes públicos que avançam sobre o erário, prejudicando o crescimento do Estado e a prestação dos serviços públicos indispensáveis à população brasileira, como saúde e educação.

Ao invés de fortalecer a instituição policial, o que esta emenda vai ocasionar é um enfraquecimento do combate à criminalidade organizada e à corrupção. O Ministério Público, especialmente, tem poderes investidos pela Constituição Federal, que outras instituições não possuem como a inamovibilidade. O Ministério Público é um órgão independente e o promotor que investiga um caso não pode ser afastado dessa investigação por nenhuma autoridade. Um delegado, por exemplo, pode ser transferido quando seu superior achar conveniente. Em um passado recente um delegado da polícia federal, com uma folha de atos e serviços prestados ao País, foi criminalizado pela própria instituição a que pertence por investigar um corrupto como Daniel Dantas. Caso a proposta seja aprovada, casos como este se tornarão corriqueiros e a impunidade reinará de forma absoluta.

Na última quinta feira (13/06) em Brasília, o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilberto Martins defendeu o combate à corrupção como meio de melhorar o desenvolvimento social e a economia do País. Segundo Martins, palestrante do I Encontro de Trabalho para o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, punir judicialmente desvios de recursos públicos para a educação e a saúde, parte do propósito da Meta 18, é uma forma de o Poder Judiciário contribuir para o bem-estar da sociedade.

Exmo. Sr.  
 Ver. CLECIO ALVES  
 Presidente da Câmara Municipal de Goiânia  
 Nesta

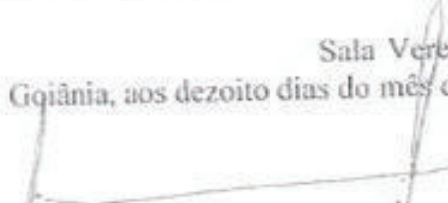
[Handwritten signatures and stamps]





Diante desta inexorável conclusão do Conselho Nacional de Justiça a primazia da investigação criminal não pode caber única e exclusivamente a polícia civil dos Estados ou da polícia federal, mas a qualquer instituição que tenha entre seus atributos defender o patrimônio público e a outros interesses transindividuais.

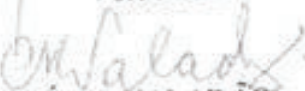
Em vistas destas considerações é que reiteramos nosso pedido inicial, ratificando nosso desejo, como representantes da edificação goianiense, para que nossos parlamentares votem contra a malfadada PEC da IMPUNIDADE, porque assim exige o interesse público.


Sala Vereador Trajano Guimarães, Plenário da Câmara Municipal de Goiânia, aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e treze (18/06/2013).

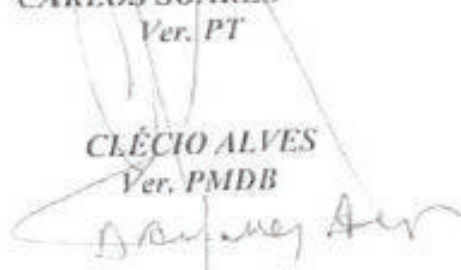
  
ANSELMO PEREIRA  
Ver. PSDB

  
ANTONIO UCHOA  
Ver. PSL

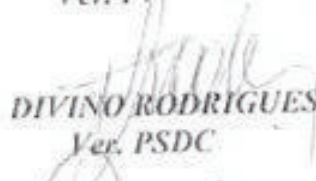
  
CARLOS SOARES  
Ver. PT

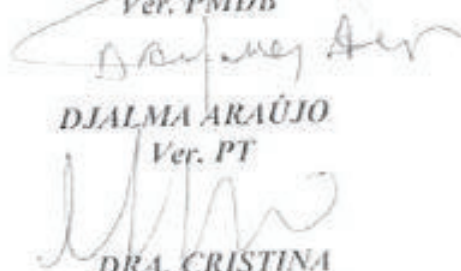
  
CÉLIA VALADÃO  
Ver. PMDB


  
CIDA GARCÊZ  
Ver. PV

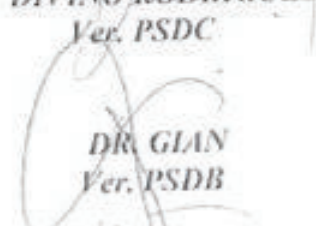
  
CLÉCIO ALVES  
Ver. PMDB


  
DEIVISON COSTA  
Ver. PEdo B

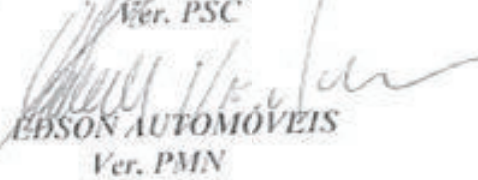
  
DIVINO RODRIGUES  
Ver. PSDC

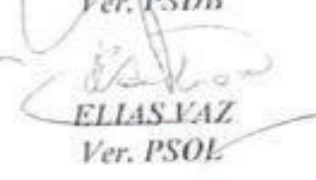
  
DJALMA ARAÚJO  
Ver. PT

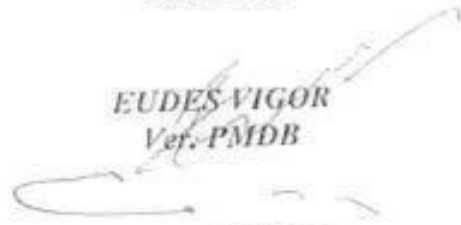
  
DR. BERNARDO DO CAIS  
Ver. PSC


  
DR. GIAN  
Ver. PSDB


  
DRA. CRISTINA  
Ver. PSDB

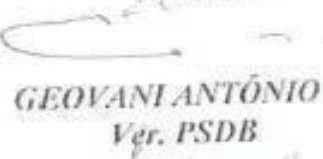
  
EBSON AUTOMÓVEIS  
Ver. PMN

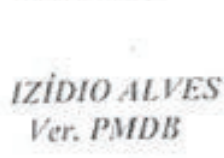
  
ELIAS VAZ  
Ver. PSOL


  
EUDES VIGOR  
Ver. PMDB

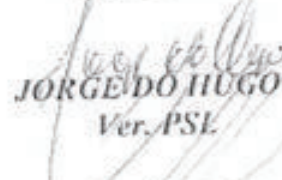
  
FÁBIO LIMA  
Ver. PRTB

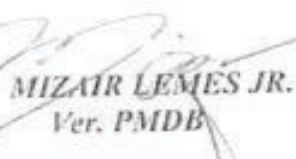
  
FELIZBERTO TAVARES  
Ver. PT


  
GEOVANI ANTÔNIO  
Ver. PSDB

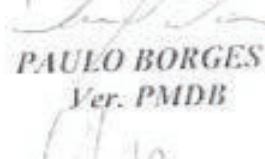
  
IZÍDIO ALVES  
Ver. PMDB


  
JOÃOZINHO GUIMARÃES  
Ver. PRB

  
JORGE DO HUGO  
Ver. PSL

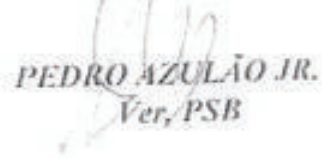
  
MIZAIR LEMES JR.  
Ver. PMDB

  
PAULINHO GRAUS  
Ver. PDT


  
PAULO BORGES  
Ver. PMDB


  
PAULO DA FARMÁCIA  
Ver. PSDC


  
PAULO MAGALHÃES  
Ver. PV

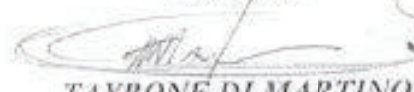
  
PEDRO AZULÃO JR.  
Ver. PSB




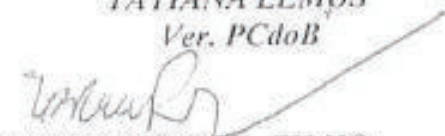
  
PROF. DOMINGOS SÁVIO  
Ver. PMN


  
RICHARD NIXON  
Ver. PRTB


  
TATIANA LEMOS  
Ver. PCdoB

  
TAYRONE DI MARTINO  
Ver. PT

  
THIAGO ALBERNAZ  
Ver. PSDB

  
VIRMONDES CRUVINEL FILHO  
Ver. PSD

  
WELINGTON PEIXOTO  
Ver. PSB

  
ZANDER  
Ver. PSL